
O Monitor de Angola

Nº 4, 2013

O Monitor de Angola aborda a política, economia, desenvolvimento, democracia e direitos humanos em Angola. É publicado trimestralmente pela Ação pela África Austral (ACTSA, sigla em inglês).

Esta edição cobre tensões na relação com Portugal, especulações sobre a saúde do presidente, a mudança na classificação de Angola para país de renda média a partir de 2018, os dois relatórios acerca do uso dos lucros do petróleo e de sua falta de transparência, as detenções de manifestantes e as alegações sobre abusos aos direitos humanos de presos e de vendedores ambulantes, além do novo relatório sobre vulnerabilidade rural, alterações climáticas e adaptação.

Esta edição também está disponível em inglês.

Mensagens de nossos leitores são bem-vindas. Por favor envie os comentários para info@actsa.org. Para mais notícias e informações sobre Angola e a África austral, visite o sítio do ACTSA: www.actsa.org.

Política

Governos portugueses pede desculpas por investigações

O Ministro das Relações Exteriores de Portugal, Rui Machete, disse à Rádio Nacional de Angola que seu governo desculpou-se pelas investigações efetuadas pela Procuradoria-Geral de Portugal sobre o vice-Presidente angolano, Manuel Vicente, o Procurador-Geral angolano, João Maria de Sousa, o presidente do Banco Privado do Atlântico, Carlos Silva e alguns dos filhos do presidente. Supõe-se que as investigações eram relacionadas a alegações de lavagem de dinheiro e fraude.

O periódico estatal, Jornal de Angola, descreveu as investigações como ilegais e insultantes à Angola, enquanto o gabinete do Procurador-Geral de Portugal nega ter discutido a questão com o ministro; alguns membros da oposição exigiram a renúncia de Rui Machete.

Irá Angola encerrar a parceria estratégica com Portugal?

O Presidente José Eduardo dos Santos atacou Portugal em seu discurso sobre o estado da nação no dia 15 de outubro. Ele disse que Angola mantém boas relações com todos os países do mundo mas "Só com Portugal, lamentavelmente, as coisas não estão bem. Têm surgido incompreensões ao nível da cúpula e o clima político atual, reinante nessa relação, não aconselha a construção da parceria estratégica antes anunciada."

Possivelmente referindo-se às investigações acima, o Presidente reclamou que apesar de investir altas somas na Europa, investidores angolanos foram acusados de corrupção. "Neste processo de luta contra a corrupção, há uma confusão deliberada feita por organizações de países ocidentais para intimidar os africanos que pretendem constituir ativos e ter acesso à riqueza, porque de um modo geral se cria a imagem de que o homem africano rico é corrupto ou suspeito de corrupção." O Ministro das Relações Exteriores, Georges Chikoti negou que os comentários do Presidente estavam relacionados à investigação: "Nós não intervimos em nenhuma questão política portuguesa", declarou.

Além de ser um investidor majoritário em diversos negócios portugueses, Angola tornou-se um importante mercado de exportação para Portugal. Em 2012, Angola comprou 7% das exportações portuguesas. Aparentemente Portugal está tentando salvar este importante e crescente mercado importador.

Discurso do estado da nação promove paz e estabilidade

O Presidente José Eduardo dos Santos usou seu discurso de abertura da II Sessão Legislativa da III Legislatura da Assembleia Nacional para promover a paz e estabilidade no país e um futuro melhor e próspero para todos. Ele alertou sobre a redução em 0,2% do produto interno bruto previsto pelo governo. O discurso do estado da nação também ressaltou o desenvolvimento do setor privado, a necessidade de melhorar o setor educacional e de implementar o Plano Nacional de Emprego, particularmente voltado à juventude, o desenvolvimento do setor da saúde incluindo a expansão e implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário e o investimento nos profissionais da saúde. O Presidente também destacou conquistas esportivas.

Especulações acerca da saúde e sucessão do presidente

A última visita do Presidente José Eduardo dos Santos a Barcelona reavivou o debate sobre a sucessão presidencial. Especula-se que ele sofre de problemas graves de saúde, ou que ele está permitindo que o vice-presidente experimente um tempo de mandato teste. No dia 26 de junho, o presidente fez uma visita particular a Barcelona onde acredita-se que tenha permanecido até o dia 8 de agosto, quando ele viajou ao encontro de chefes de estado da Comissão do Golfo da Guiné. Embora não ser incomum que o presidente permaneça longe dos olhos do público por longos períodos, acredita-se que uma visita prévia a Barcelona teve motivos médicos.

No dia 8 de agosto um porta-voz do governo explicou que o presidente esteve fora do país por mais tempo que o esperado devido às reformas que estavam sendo realizadas no palácio presidencial, no entanto o membro da UNITA Raul Dando disse ao parlamento: "Nós sabemos que ele viajou à Espanha por motivos de saúde> desejamos que ele se recupere rápido. Mas após semanas nós não sabemos nada porque não há a cultura de informar as pessoas sobre a condição de saúde dele."

No dia 8 de agosto, um porta-voz do governo explicou que o Presidente havia se afastado por mais tempo do que era esperado devido às obras executadas no palácio presidencial, porém, Raul Dando, da UNITA, disse ao Parlamento: "Sabemos que o Presidente viajou à Espanha por motivos de saúde. Esperamos que ele logo se recupere. Faz [semanas] que não sabemos de nada, porque não existe a cultura de informar as pessoas sobre o seu estado de saúde".

Durante a ausência do Presidente, o vice-Presidente Manuel Vicente apareceu repetidamente na televisão, pronunciou discursos e participou de eventos públicos, aumentando os rumores de que ele está sendo apresentado como o sucessor do presidente José Eduardo dos Santos e que a ausência foi uma oportunidade para que ele superasse as críticas. No entanto, o Presidente José Eduardo dos Santos ainda não deu mostras de quem ele gostaria que fosse o seu eventual sucessor. Ainda há especulação de que seu filho mais velho, José Filomeno dos Santos, que tornou-se o chefe do Fundo Soberano de Angola em junho, seja o sucessor escolhido, embora ele permaneça fora do poderoso comitê central do MPLA. Após 34 anos no cargo e sem nenhum indício público de seu plano para sucessão, é provável que este debate ainda se estenda por algum tempo.

Suspenso líder da juventude da UNITA

Mfuka Mfuakaka Muzemba, secretário geral da ala jovem da UNITA, foi suspenso pela Comissão Permanente do partido por um período de 24 meses devido a denúncias de corrupção. Muzemba, que ocupava o cargo desde julho de 2010, foi acusado de aceitar subornos do MPLA para desencorajar a participação em protestos contra o governo e por usar recursos da UNITA para fazer solicitações de vistos para visita de países estrangeiros em troca de dinheiro. Ele nega as denúncias.

O ex-secretário geral da UNITA, Abílio Kamalata Numa, apoiador de Muzemba, criticou a suspensão e pediu que o líder da UNITA, Isaías Samakuva, considere um processo de transição, levando a rumores de que ele irá concorrer à liderança do partido no congresso de 2015.

Indicado o novo Embaixador britânico

John Dennis foi indicado como o novo Embaixador britânico em Angola. Ele irá substituir Richard Wildash e assumirá a função em fevereiro de 2014. Dennis trabalha na área de assuntos africanos,

ACTSA

Action for
Southern Africa

Headland House, 308-312 Gray's Inn Road, London, WC1X 8DP
Telephone: +44(0)2071860750 Email: info@actsa.org www.actsa.org

asiáticos e comerciais desde 1981, quando iniciou seus trabalhos no Ministério dos Negócios Estrangeiros e no *Commonwealth* (FCO, sigla em inglês). Suas atribuições incluíram ainda a chefia da Unidade da África Central e Austral e do Zimbábue.

A Grã-Bretanha tem interesse em desenvolver suas ligações comerciais com Angola. Em outubro, o enviado especial sobre assuntos do comércio do Primeiro Ministro britânico, Lord Jonathan Marland, levou uma delegação de 22 pessoas a Angola para ajudar na implementação da parceria em alto nível lançada em julho por Mark Simmonds, o Ministro britânico para África, em julho. O objetivo da parceria é aumentar investimentos e comércio.

Economia e Negócios

Angola irá se tornar um país de renda média

Angola deixará de ser classificada como país menos desenvolvido (LDC, na sigla em inglês) e espera-se que passe a ser classificada como país de renda média (MIC, na sigla em inglês) a partir de 2018. Sob o sistema que mede pobreza, vulnerabilidade econômica e fragilidade dos recursos humanos, o país é classificado como LDC desde 1994, mas o PIB per capita atual é de US\$ 4.422, consideravelmente mais alto que o limite de US\$ 1.190 normalmente requisitado para que se deixe a categoria.

Angola tem experimentado um crescimento econômico significativo em anos recentes, com seu PIB crescendo a uma taxa média de 11.25% entre 2000 e 2010. Isto deve-se em grande medida às exportações de petróleo. Críticos dizem que pouco tem sido feito para reduzir a pobreza e criar empregos.

O status de país LDC traz consigo uma série de medidas de auxílio que incluem preferência no comércio, alívio de dívidas, financiamento ao desenvolvimento e assistência técnica especializada. A evolução do país para status MIC permitirá o acesso a novas linhas de crédito.

A Conferência sobre Comércio e Desenvolvimento da ONU, no final do mês de julho, promoveu em Luanda uma oficina para auxiliar o governo, representantes da área de negócios, da sociedade civil e acadêmicos com a transição do status de país LDC para o de MIC.

Governo promete investimentos em serviços

O Ministro da Energia, João Batista Borges, prometeu investir 23 bilhões de dólares em geração de energia e reforma das empresas do setor de serviços de Angola. A compromisso firmado no final do mês de setembro, reitera compromettimentos anteriores feitos pelo governo em 2010 e 2012. Muitos negócios em Angola utilizam geradores a diesel devido aos frequentes cortes no abastecimento de energia. No fim de agosto, o governo também sugeriu que provavelmente abrirá uma concessão para uma empresa privada gerir a distribuição de água em algumas zonas urbanas.

Governo tenta regulamentar economia informal

O governo angolano está adotando medidas para formalizar os setores varejista e de serviços visando o crescimento e regulamentação da produção doméstica, o aumento de arrecadação tributária e a redução da dependência da indústria petrolífera. Esforços também estão sendo feitos para promover a produção doméstica de alimentos e bens, com a aplicação de novas tarifas às importações a partir de 2014 e com aumento de fiscalizações efetuadas pelo Instituto Nacional de Defesa do Consumidor, visando coibir a venda de produtos sem rótulo em português.

Vendedores ambulantes informais provavelmente serão afetados por esta iniciativa. Muitos têm vendido produtos ilegalmente em Luanda desde o fechamento do mercado Roque Santeiro em 2010. O governo planeja regulamentar os vendedores, fornecendo-os crachás de identificação.

O forte crescimento de Angola e o subdesenvolvimento do setor varejista do país têm atraído investimento de diversos varejistas estrangeiros. A rede de supermercados sul africanos Spar abrirá uma filial em Luanda no primeiro trimestre de 2014. Espera-se que outras filiais sejam abertas em seguida. A Massmart anunciou em agosto que iria abrir uma unidade no país e a Shoprite que já possui três lojas em Angola, pretende abrir outras 21 nos próximos três a quatro anos.

Sonangol anuncia leilão de blocos petrolíferos em terra

A petrolífera estatal, Sonangol, anunciou no início de outubro que iria abrir uma nova rodada de licenciamento para dez blocos petrolíferos terrestres na Bacia de Kwanza e na Bacia do Baixo Congo. Os leilões provavelmente terão início antes do fim de 2013 e devem ser concluídos no início de 2014. A maior parte da exploração de petróleo angolano até o momento tem sido *offshore*. É improvável que o valor dos lances venham a público, o que poderia infringir a legislação relacionada a sua divulgação adotada pelos Estados Unidos e União Europeia.

Angola construirá uma refinaria nos Emirados Árabes Unidos

A Suprema Corte de Energia de Dubai entrou em acordo com a China Sonangol para a construção de uma refinaria que ajudará na manutenção das demandas domésticas de combustíveis. A China Sonangol é um projeto conjunto entre a petrolífera estatal angolana e o Fundo Internacional da China. O plano despertou especulações de que Angola venderá petróleo bruto diretamente para a refinaria, potencialmente elevando os lucros da Sonangol e do Tesouro angolano sensivelmente. O cronograma do processo ainda será anunciado.

Dois relatórios focalizam na indústria do petróleo

Dois importantes relatórios de pesquisa produzidos pela Sociedade Aberta para a África Austral (OSISA, na sigla em inglês) e pela *Global Witness* acerca da indústria petrolífera angolana foram publicados durante uma conferência no fim de outubro, na província rica em petróleo de Cabinda.

A avaliação das “Operações da Indústria Petrolífera de Angola” analisa a estrutura e fragilidades do setor petrolífero, incluindo a falta de transparência, corrupção e como os lucros advindos do petróleo não têm beneficiado a maioria dos angolanos. O relatório afirma que a produção de petróleo de Angola movimenta uma economia fechada que enriquece a já rica elite política e deixa grandes massas na pobreza extrema. O relatório aponta que “em Angola, as pessoas são pobres porque as instituições do país são disfuncionais e não apresentam mecanismos de controle e averiguação. A corrupção é apenas um sintoma de uma fraqueza mais profunda, de instituições inexistentes ou falidas.” O relatório afirma que “os lucros do petróleo que deveriam ser investidos nas áreas sociais e na diversificação da economia para que se apoie um desenvolvimento sustentável de longa duração, são, ao contrário, reinvestidos pela Sonangol em projetos conjuntos e negócios subsidiários que beneficiam apenas uma pequena elite.”

O segundo relatório, intitulado “Receitas petrolíferas em Angola: muito mais informação, mas sem transparência suficiente”, focaliza na falta de transparência e precisão dos dados oficiais do governo sobre a indústria do petróleo. “A produção de petróleo, exportação, vendas internas, preços e, acima de tudo, receitas, não são confiáveis. Nenhum dos números aparenta ser verificado independentemente (com a exceção parcial das contas da Sonangol que são auditadas por uma empresa internacional) ... Os dados de diferentes agências demonstram inúmeras lacunas, discrepâncias e anomalias que são difíceis de explicar com base na informação disponível. Este relatório não alega que os números demonstram evidência de corrupção e fraude e é possível que com verificação independente, ao menos uma parte deles poderiam ter sua precisão confirmada. No entanto, há muitos problemas no momento para que os dados oficiais sejam aceitos como confiáveis ou compreensivos.” Os relatórios pedem publicações detalhadas e independentemente verificáveis sobre a indústria petrolífera, inspeção independente e o estabelecimento de um regulador independente. Ambos relatórios estão disponíveis no [site www.osisa.org](http://www.osisa.org).

Planos de construção de novos aeroportos

O presidente da Empresa Nacional de Aeroportos de Navegação Aérea, Manuel Ceita, anunciou planos para construir 16 novos aeroportos e melhorar outros 14 nos próximos três anos. Foi anunciado um investimento de 2.2 bilhões de dólares durante uma conferência sobre transporte no começo de outubro em Macau. Em 2011, Angola ficou na 126ª posição entre 139 países em relação a sua infraestrutura de transporte aéreo no índice de competitividade de viagem e turismo do Fórum Econômico Mundial.

Venda de títulos externos adiada para 2014

O Ministro das Finanças, Armando Manuel, anunciou que a venda de Eurobonds do governo será novamente adiada devido a fatores internos não especificados. Este é o terceiro adiamento, ocorrido previamente em 2009 e 2011. Existe um grande interesse no esquema devido ao crescimento da indústria do petróleo angolana. O governo esperava levantar 1 bilhão de dólares, a partir de projetos semelhantes aos implementados na Nigéria, Zâmbia e Ruanda.

Direitos Humanos

Repressão policial durante manifestação de jovens

Jovens manifestantes e jornalistas foram presos no dia 19 de setembro, após tentativas de realização de uma manifestação pedindo a renúncia do Presidente José Eduardo dos Santos, a redistribuição da riqueza nacional e melhor tratamento aos vendedores ambulantes.

Em pronunciamento na televisão pública, o porta-voz da Polícia Nacional, Aristófanos dos Santos, alertou contra a realização de qualquer protesto. Ele disse que a polícia iria “prevenir veementemente todas as ações contra a ordem pública e segurança e que, se necessário, a força seria usada.” Antes da manifestação, a Anistia Internacional conclamou as autoridades de Angola a respeitarem e protegerem o direito de expressão e assembleia pública.

Cerca de 24 manifestantes reuniram-se na Praça da Independência em Luanda para o ato do Movimento Jovens Revolucionários de Angola. O Estado reagiu com 2.000 policiais armados com equipamento de tropa de choque, com cães e cavalaria. Mais de 20 pessoas foram detidas e seis passaram a noite na delegacia. Alguns foram apresentados à Justiça no dia seguinte, acusados de desordem da ordem pública, mas foram absolvidos. Eles alegam que foram torturados durante o tempo que permaneceram detidos. Após os depoimentos, os manifestantes foram detidos novamente e acusados de causarem desordem pública enquanto davam entrevistas à imprensa do lado de fora do tribunal. Três jornalistas, Alexandre Salombe, do *Media Institute* da África Austral, Coque Mukuta do *Voice of America* e Rafael Marques de Morais do Maka Angola também foram acusados de terem cometido as mesmas infrações. Eles foram liberados após pagamento de fiança no valor de 15 mil dólares.

No dia 12 de setembro, Manuel Nito Alves (17) foi preso, acusado de difamação contra o Presidente, após encomendar camisetas com slogans que criticavam-no e que provavelmente seriam usadas na manifestação. De acordo com a *Human Rights Watch*, Manuel Alves foi mantido em confinamento solitário na Prisão Central de Luanda, teve acesso à sua família negado e não teve autorização de conversar em particular com um advogado até o dia 6 de outubro. Levantou-se também a suspeita de que sua prisão tenha sido ilegal de acordo com a lei angolana, uma vez que menores de idade não podem ser mantidos em detenção antes de serem julgados. Manuel Alves foi o primeiro angolano a ser preso de acordo com o Artigo 25 da lei dos crimes contra a segurança do Estado de 2010. No dia 8 de novembro, Manuel Nito dos Alves foi posto em liberdade condicional pelas autoridades. O delito de insulto à República ou ao Presidente é passível de punição que pode chegar a três anos de prisão.

O governo claramente está preocupado com a reação da juventude angolana contra os altos índices de pobreza e desemprego. O Presidente dos Santos, no início de setembro, fez um pronunciamento a três

mil delegados durante um encontro especial em Luanda. Ele destacou seu comprometimento com os jovens e os conclamou a participar e desafiar o governo.

Vídeo revela abuso de presos

Imagens supostamente capturadas na cadeia de Viana em Luanda foram distribuídas no final de agosto. O vídeo mostra agentes carcerários agredindo presos repetidamente. A Anistia Internacional fez um apelo para que o caso seja investigado. As imagens mostram agentes carcerários e bombeiros chutando os presos e os agredindo com cassetetes e cintos de couro.

Em fevereiro de 2013, um vídeo gravado na mesma prisão que expunha guardas agredindo presos foi publicado nas redes sociais. Após uma investigação oficial, o diretor da cadeia e outros dois agentes penitenciários foram exonerados, e outros 18 foram punidos disciplinarmente. No dia 27 de agosto, o Ministro do Interior anunciou uma comissão de inquérito para investigar este caso mais recente.

A pesquisadora em Angola da Anistia Internacional, Muluka-Anne Miti disse: "este terrível caso de aparentes maus tratos de presos, o segundo em menos de um ano, é a mostra mais recente da brutalidade sistemática e cada vez mais preocupante das autoridades penitenciárias angolanas." A Anistia Internacional cobrou também por processos penais contra os envolvidos.

Relatório expõe abusos contra vendedores ambulantes

Em um relatório publicado no fim de setembro, a *Human Rights Watch* acusou a polícia angolana de frequentemente agredir e extorquir vendedores ambulantes. "Leve esta sujeira embora: violência policial contra vendedores ambulantes em Angola" baseia-se em entrevistas a 73 vendedores ambulantes em Luanda para descrever como a polícia e os fiscais do governo confiscam as mercadorias dos vendedores, ameaçam prendê-los, exigem subornos e às vezes os prendem durante operações de remoção.

Leslie Lefkow, vice-Diretor da *Human Rights Watch* para a África disse que "Todos os dias a polícia agride e rouba violentamente os comerciantes de rua à luz do dia e ninguém faz nada sobre isto."

A repressão policial contra eles tem sido frequente desde outubro de 2012, quando o governador de Luanda anunciou que vendedores ambulantes seriam removidos. A estratégia faz parte de uma política mais ampla de regulamentação da economia. As operações de fiscalização geralmente envolvem a abordagem de vendedores por policiais e fiscais do governo que então confiscam suas mercadorias e os perseguem. Muitos relataram terem sido espancados. Os vendedores ambulantes angolanos estão entre os mais pobres da capital; muitos deles foram deslocados durante a guerra.

Governo assina tratados de direitos humanos

No final do mês de setembro, o Ministro das Relações Exteriores, Georges Chikoti, assinou seis convenções, tratados e protocolos da ONU assegurando direitos políticos, econômicos e sociais dos cidadãos. Os acordos cobrem a eliminação de todas as formas de discriminação racial, direitos sociais e culturais que incluem tratados sobre a abolição da pena de morte e a proteção de direitos civis. O Ministro das Relações Exteriores esteve em Nova Iorque com o vice-Presidente Manuel Vicente para a 68ª sessão da Assembleia Geral da ONU.

Situação dos direitos humanos em Angola será avaliada em 2014

A situação dos direitos humanos em Angola será avaliada em 2014 sob o Exame Periódico Universal (UPR na sigla em inglês). O processo envolve a revisão periódica de todos os estados membros das Nações Unidas e é realizado por pares. A data limite para inscrição de grupos da sociedade civil é 1º de fevereiro. O exame será realizado pelo grupo de trabalho do UPR e pelos 47 membros do Conselho de Direitos Humanos da ONU com assistência de um trio de países escolhidos por sorteio. Maiores informações estão disponíveis no escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados www.ohrc.org.

Assistência e Desenvolvimento

Demora em ações do governo para aliviar efeitos da seca

O governo angolano tem sofrido críticas pela sua demora em instituir ações para aliviar os efeitos da seca que afeta o sul do país. Baixos índices pluviométricos nos últimos três anos têm afetado particularmente as províncias de Cunene, Namibe, Kuando Kubango, Benguela e Huila, atingindo aproximadamente 1,8 milhão de pessoas.

Enquanto a Namíbia declarou estado de emergência por causa da seca e solicitou auxílio, Angola ainda não o fez, embora tenha criado uma comissão para reagir contra a seca, e distribuiu auxílio alimentício e perfurou poços. As quantidades gastas ainda não foram confirmadas pelo governo.

Cunene foi a província afetada mais gravemente. Metade da população, cerca de 543 mil pessoas, foram atingidas e 1,2 milhões de animais de criação estão em situação de risco. A desnutrição afeta um quarto da população sendo que quase 6% apresenta quadros de desnutrição aguda. De acordo com as autoridades provinciais, 430 pontos de água não estão funcionando, o que atinge 100 mil pessoas.

O sistema de alerta de crises de fome divulgou um relatório no início de novembro, alertando que famílias provavelmente permanecerão no limite até março de 2014. Acrescentou ainda que a assistência do governo chega a um nível mínimo de ajuda nas áreas afetadas, sugerindo melhorias na reação à seca, com assistência mais eficaz em Cuando Kubango, mas com irregularidades na distribuição em Namibe e Cunene.

Famílias despejadas são realojadas

Antigos moradores de Cambamba I, uma ocupação informal em Luanda, que foram despejados em 2004, começaram a ser realojados em habitações construídas pelo governo na periferia de Luanda. O processo inicia-se após sete anos de campanhas realizadas por organizações que incluem a SOS Habitat e a *Christian Aid*.

No início de julho, 250 famílias foram levadas às suas novas casas. Outras 171 famílias, vindas de Cambamba II e Banga We esperam ser realojadas em seguida. As famílias foram ameaçadas de desalojamento repetidamente entre 2004 e 2006, pois a área foi projetada para a construção de habitações de luxo e um *shopping center*.

Enquanto os afetados por demolições foram finalmente realojados, suas novas moradias estão localizadas em áreas distantes de seus trabalhos e outros serviços. Rafael Morais, coordenador da SOS Habitat, disse: "É com grande satisfação que recebemos estas notícias após sete anos e muita luta. É uma vitória de todos nós."

Adaptação à vulnerabilidade rural e alterações climáticas em Angola

Onze anos após o fim da guerra, milhões de pequenos agricultores em Angola continuam a viver em pobreza extrema, informa a *Christian Aid* em um novo relatório sobre vulnerabilidade rural e alterações climáticas. O relatório diz que frequentemente, a agricultura de subsistência não é adequada em termos de providenciar segurança alimentar e que a escassez de chuvas exacerbaram a vulnerabilidade.

O relatório analisou cinco fatores que afetam a vulnerabilidade rural em três regiões do centro/sul de Angola, a saber: alterações climáticas, agricultura, direito à terra, degradação ambiental e desigualdade de gênero.

O relatório concluiu que:

- Há robustas evidências de uma tendência de redução das chuvas no final da campanha agrícola (março, abril, maio) e isto provavelmente afetará as colheitas.
- O acesso e direito à terra é fundamental para a agricultura e continua constituindo uma ameaça às famílias pobres, embora em alguns casos isto tenha sido mitigado efetivamente através da comunicação e da defesa de direitos.

- A degradação ambiental tem o maior impacto sobre os mais vulneráveis, particularmente as mulheres que dependem mais de recursos naturais. Esforços precisam ser empreendidos de modo a reconhecer o valor dos "serviços de ecossistemas" para as comunidades.
- As análises de gênero e uma abordagem feita a partir da questão do gênero são chaves para a compreensão da adaptação às alterações climáticas. Documentos chave sobre adaptação à mudança climática de Angola não incorporam análises de gênero.

O relatório conclui que o caminho a ser seguido é a Adaptação Baseada na Comunidade (CBA na sigla em inglês), o uso de conhecimento local e global sobre os efeitos das alterações climáticas com um forte foco sobre a questão do gênero.

O relatório está disponível em inglês e português e pode ser solicitado pelo e-mail amenezes@christian-aid.org

As matérias do Monitor de Angola não representam necessariamente qualquer posição acordada pelo ACTSA.